

E . S . P . E . C . I . A . L

Programa de branco



Crianças índias: maiores expectativas de vida

No limiar do ano 2000 o balanço das perspectivas de sobrevivência dos indígenas brasileiros como povo e como cultura oscila entre o esperançoso e o negativo. A boa notícia que os organismos de ajuda aos índios nos dão é que estas populações autóctonas apresentaram um sensível crescimento populacional global nos últimos anos.

Apesar de constituírem somente 0,2% do total da população brasileira (cerca de 250 mil pessoas), os nossos índios se dividem em 200 etnias que falam cerca de 180 línguas diferentes. Para quem acha que isso é muito, uma olhada no passado mostra que existiam mais de mil etnias quando Pedro Álvares Cabral, em 1500, quando chegou a estas plagas. Somente entre 1900 e 1950 cerca de 83 etnias haviam desaparecido.

Qual o motivo do crescimento populacional dos últimos anos? Quem responde é Carlos Alberto Ricardo, secretário executivo do Instituto Sócio Ambiental, organização de apoio ao índio fundada em 1994, agrupando o antigo Centro Ecumênico de Docu-

O repórter Pablo Villarrubia faz um balanço da situação atual do índio brasileiro. Para isso ouviu vários especialistas na questão e visitou duas tribos, que sobrevivem em condições precárias, tanto no aspecto sociológico quanto sanitário

mentação e Informação (CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas, de Brasília. "Os dados demográficos ainda não são muito claros, pois só existe uma pessoa que estuda demografia indígena no Brasil, mas sabemos que a ação de ONGs nacionais e internacionais, uma melhor assistência médica, algumas vitórias políticas e uma maior visibilidade dos próprios índios em relação aos seus problemas e soluções contribuíram para isso."

Entretanto, esses dados devem ser

vistos com alguma reserva, como resalta Alberto Ricardo. Cerca de 70% das etnias atuais têm menos de mil pessoas e correm sério risco de desaparecer pois são microssociedades muito frágeis, suscetíveis a qualquer tipo de agressão externa. Outro problema grave é a distribuição da população indígena. Pelo menos 40% dos índios estão vivendo em 2% da extensão das terras que lhes pertence legalmente, principalmente no sul do País e no litoral.

Os territórios mais extensos estão na Amazônia, onde 60% da população indígena tem direito virtual a 98% das terras demarcadas ou que estavam em processo de demarcação. Aliás a questão da demarcação de terras indígenas tem sido outro entrave à sobrevivência das populações nativas. No último dia 8 de janeiro o presidente Fernando Henrique Cardoso, apoiado em parecer do ministro Nelson Jobim, assinou o decreto 1.775, introduzindo no texto o direito de defesa dos Estados, municípios e particulares que se sintam prejudicados pelas demarcações. As entidades indígenas e as ONGs forçaram a revogação do decreto sem obter sucesso.

"Esse decreto reacende conflitos que já estavam apaziguados e abre expectativas de direito por parte de contrariados com as demarcações. Vai ser uma situação difícil de controlar", adverte Alberto Ricardo. De modo semelhante pensa Gunter Francisco Loebens, vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), com sede em Brasília. "O presidente está abrindo mão das terras indígenas para obter votos para as reformas constitucionais no Congresso", diz ele. O CIMI tem sido um dos organismos mais ativos na defesa dos direitos indígenas no País, com um saldo elevado de baixas entre seus colaboradores, principalmente religiosos assassinados em zonas indígenas de conflito territorial.

ÍNDIOS "NO VERMELHO"

Outra perspectiva positiva é que os índios estão passando a assumir cargos de importância na Funai (Fundação Nacional do Índio). Mário de Camilo, ou Iyu, como é conhecido no idioma terena, é o primeiro indígena a ser nomeado administrador geral da Funai para o Estado de São Paulo. Estivemos em Bauru (SP), na sede da entidade, onde ouvimos Iyu, que não deixou de ressaltar a difícil situação desse órgão. "Estamos trabalhando 'no vermelho' há mais de um ano. A nossa sorte é que ainda temos crédito em algumas farmácias e postos de gasolina. Temos carência de funcionários. Não temos médico para a região, somente uma laboratorista e duas enfermeiras. Os casos mais graves são encaminhados aos postos de saúde", diz Mário de Camilo, aliás, Iyu.

De qualquer modo, os grupos guaranis e terena que habitam a região circunvizinha ao município de Avaí (a 40 km de Bauru) visitada por esta revista não é uma das piores do Estado. "Aqui os índios podem ser pobres, mas não miseráveis, como ocorre em muitas aldeias do litoral paulista", comenta Anésio Coelho de Souza, engenheiro agrônomo da Funai na região de Bauru. Os índios plantam mandioca e outros vegetais, além de criarem gado de boa qualidade. Isso se deve em parte à ajuda prestada pela Ecoestação Guanhã, uma ONG criada pelo próprio Anésio com objetivo de atender aldeias próximas a Peruíbe (SP) e que estendeu

sua influência ao interior do Estado.

"O maior problema para os índios e para o povo brasileiro em geral é que a agricultura está desacreditada, não há linha de crédito rural e o Banco do Brasil não faz nada para fomentar o progresso

no campo", acrescenta o engenheiro agrônomo. Segundo ele, no sul do País, quase 90% das terras indígenas já foram demarcadas, uma situação privilegiada em relação ao resto do País.

SAÚDE FRÁGIL

Segundo a enfermeira da Funai de Bauru, Eunice Pinheiro Ort, um dos quesitos mais urgentes em relação à sobrevivência dos índios é a saúde. "Há muitos casos de malária e mortes no Xingu, e entre os ianomamis em Roraima, só para citar dois exemplos. A tuberculose, que anteriormente estava controlada, voltou a recrudescer no seio de muitas tribos indígenas como resultado direto de uma maior pobreza."



Pai e filho, longe das "doenças ocidentais"



Criança doente, atendimento médico precário

No Estado de São Paulo - que possui 23 aldeias indígenas - a pior situação de saúde é a dos guaranis do litoral. Visitamos também, junto com a dra. Maria Bittencourt e com a enfermeira Marina Machado, ambas da Escola Paulista de Medicina, a aldeia guarani de Iguapiú, nas proximidades de Mongaguá. Lá pudemos constatar a precariedade sanitária dos indígenas e a falta de atendimento médico especializado.

Nessa pequena aldeia, habitada por oito famílias, há vários casos de tuberculose, entre eles o do pequeno Alexandre, de um ano e meio de idade, que além do mais sofre de desnutrição (pesa somente 5 kg). O posto de saúde do município não soube dar o diagnóstico da tuberculose e, se não fosse a ação voluntária das profissionais da Escola Paulista de Medicina, o pequeno Alexandre poderia estar morto agora. Ele foi internado em São Paulo, por meio do Ambulatório do Índio, o único do gênero no Brasil, dirigido pela dra. Maria Bittencourt.

O Ambulatório do Índio atende os casos mais graves de saúde de indígenas de todo o País. Geralmente eles chegam de avião, trazidos de regiões remotas ou onde não existem meios para tratá-los adequadamente. O doente quase sempre vem acompanhado de familiares ou de um tradutor, se for o caso, que ficam hospedados na Casa do Índio, também em São Paulo.

Por outro lado, o índio raramente está sujeito às chamadas "doenças ocidentais", como é o caso da diabetes, arteriosclerose e cardiopatias em geral (menos as congênitas). Possui ótima

Kolunga ANO XXIII Nº 64
Abr. 1996 Pg. cont.
Class. 57

PUBLICAÇÃO MENSAL

Kolunga

ANO XXIII Nº 64 - ABR 96

acuidade visual e resistência às viroses se não houver um quadro de desnutrição.

Outros dados da Escola Paulista de Medicina apontam para as principais doenças dos indígenas brasileiros, agrupadas em sete categorias genéricas: doenças respiratórias, diarreia, malária, desnutrição, tuberculose, verminoses e sarampo. Existem também quadros associados; por exemplo, uma diarreia pode agravar uma desnutrição e uma malária.

EXPLORAÇÃO ILEGAL

Outro saldo negativo da balança indígena é a exploração ilegal de recursos naturais em suas terras. A Funai e a Polícia Federal têm realizado algumas tímidas ações contra os invasores e exploradores. A exploração florestal está presente em mais de 80 territórios indígenas, enquanto a busca por minérios degrada mais de 30 reservas.

A descentralização de várias atividades da Funai também parece ter trazido mais problemas que soluções. No caso da saúde, as verbas que antes chegavam diretamente à entidade e por ela eram distribuídas, agora estão em mãos da Fundação Nacional da Saúde (FNS). O resultado é uma sucessão de disputas políticas que envolvem o repasse da verba da FNS aos municípios e a luta da Funai com estes últimos para conseguir uma fatia. "O índio que tem sua comunidade fora do município é o que acaba sendo prejudicado", diz Mário Camilo, diretor da Funai no Estado de São Paulo.

O mesmo tipo de problema vive o setor de educação indígena, só que as verbas são negociadas junto ao Ministério da Educação. "Hoje não temos mais poder de contratar novos professores. Os programas de professores bilíngües também estão parados. A morosidade é grande", acrescenta Mário Camilo.

A paulatina tomada de consciência dos povos indígenas em relação aos seus próprios problemas tem sido um dos pontos mais positivos dessa balança imaginária nos últimos anos. Exemplo disso é a criação da Federação dos Povos Indígenas, com sede em São Gabriel da Cachoeira (AM), que congrega mais de 25.000 índios de três famílias linguísticas diferentes (macu, tucano

e arua). "Eles estão lutando contra a invasão de garimpeiros e as injunções políticas e militares que envolvem a demarcação de grandes espaços para os índios", diz Geraldo André, do Instituto Sócio Ambiental que dirige vários projetos de cooperação indígena na região do Alto Rio Negro.

É aí também que ocorreram alguns dos mais graves conflitos de garimpeiros com indígenas ianomamis, além do Estado de Roraima. Segundo informes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), nos últimos sete anos verificaram-se mais de 2.200 mortes, ou seja, cerca de 21% da população, que em termos relativos equivale a um desastre muito maior que as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki juntas ou a perda de vidas em muitos países europeus durante a Segunda Guerra Mundial. A malária e outras doenças trazidas pelos garimpeiros - além dos assassinatos - são as principais causas dessas mortes.

O CIMI também tem denunciado a utilização de mão-de-obra indígena escrava. Segundo a entidade, a indústria canavieira no Mato Grosso do Sul já chegou a empregar anualmente cerca de 7 mil índios em trabalho escravo e semi-escravo. E como se fosse pouco, na região de Dourados (MS) mais de uma centena de índios guaranis - especialmente adolescentes - se suicidou nos últimos anos frente às escassas expectativas de uma vida melhor. ■

Em busca da saúde indígena

Em 1961 ocorreu um fato marcante para a política indigenista brasileira: a criação do Parque Indígena do Xingu, um esforço do sertanista Orlando Villas Boas. Atualmente é habitado por 17 tribos que pertencem às quatro grandes famílias linguísticas brasileiras: aruaque, caribe, gê e tupi e as duas línguas isoladas, juruna e trumai.

Neste ano comemoram-se os 30 anos de atuação da Escola Paulista de Medicina (EPM) dentro do Parque do Xingu. Desde o princípio e até hoje o trabalho de atendimento médico nessa região de quase 32.000 km² e habitada por pouco menos de 4.000 indígenas, tem sido coordenado pelo dr. Roberto Baruzzi, criador do "Projeto Xingu".

"Respeitamos as tradições médicas e culturais em geral dos indígenas. Por isso digo que o pajé cura uma parte e nós outra", pondera Baruzzi, 66 anos, dos quais 40 dedicados à medicina. Um dos trabalhos mais importantes do médico junto com outros seis profissionais da EPM é o cadastramento dos índios, realizando uma ficha médica completa. A enfermeira Ivone Facci, especialista no atendimento médico a crianças indígenas, conta que crianças do Xingu não sofrem de desnutrição, pois o meio ambiente onde vivem é pródigo em recursos alimentícios. Além disso a criança recebe toda a atenção da mãe, que amamenta durante muito tempo. "Apesar de muitas serem portadoras de parasitoses, a aparência geral delas é saudável", conclui.



Ivone atende criança no Parque do Xingu